



SELIC – HPP

Folhas: \_\_\_\_\_  
Responsável: NHN  
Visto:

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA**

**OBJETOS: ESPETROFOTÔMETRO**

**MODALIDADE: PESQUISA DE PREÇO**

**VALOR GLOBAL MÁXIMO: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).**

**TIPO DA PESQUISA DE PREÇOS: MENOR PREÇO**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 31.jan.2022.**

**RESPONSÁVEL PELA AQUISIÇÃO: [sara.dias@hpp.org.br](mailto:sara.dias@hpp.org.br)**

**DOCUMENTOS QUE COMPÕE ESTA EDITAL**

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO QUE SERÁ SOLICITADO APÓS HABILITAÇÃO TÉCNICA AO FORNECEDOR QUE LOGRAR VENCEDOR

ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

ANEXO VIII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI

ANEXO IX – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE



**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1. DOS OBJETOS**

ESPECTROFOTÔMETRO				
Qtde.	Ref.	Especificação	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	UN	<p><b>CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO:</b></p> <p>Espectrofotômetro de bancada, em espectro UV e visível, para dosagem de DNA, RNA e proteínas em cubetas e microvolumes.</p> <p>Características:</p> <p>Alojamento para análise em cubetas embutido no equipamento, com agitação variável e controle de temperatura em 37°C;</p> <p>Análise direta de microvolumes de 1 µL e 2 µL, com caminho óptico variável em auto-ajuste entre 0,030 mm e 1 mm, ou melhor;</p> <p>Detector sensor de imagem tipo CMOS de 2048 elementos ou superior;</p> <p>Intervalo de comprimento de onda entre 190 nm e 850 nm, ou superior, com acurácia de +/- 1 nm ou melhor, e resolução espectral &lt;= 1,8 nm ou melhor calculada na região de 254 nm;</p> <p>Acurácia de medição de 3% ou melhor, calculada em 0.97A e 302 nm;</p> <p>Intervalo de medição de 0 até 1,5A para cubetas, e de 0 até 550A para microvolumes (equivalente em 10mm de caminho óptico), ou superior;</p> <p>Intervalo dinâmico para medição de microvolumes: de 2 ng/µL até 27,5 µg/µL para DNA em dupla fita (dsDNA) e de 0,06 mg/mL até 820 mg/mL para albumina de soro bovino (BSA), ou superior;</p> <p>Intervalo dinâmico para medição em cubetas: de 0,2 ng/µL até 75 ng/µL para dsDNA, ou melhor;</p> <p>Tempo de processamento inferior a 10 segundos por amostra;</p> <p>Análise de ácidos nucleicos com A260, razão A260/A280, razão A260/A230;</p> <p>Análise de proteínas com A280, A205, razão A260/A280;</p> <p>Realização de experimentos cinética;</p> <p>Análise de densidade óptica de culturas bacterianas (OD600);</p> <p>Análise por absorvância da incorporação de marcadores fluorescentes em biomoléculas;</p> <p>Identificação da contaminação por proteínas, fenol, sais de guanidínio em amostras de dsDNA e de RNA;</p> <p>Identificação da contaminação por ácidos nucleicos e fenol em amostras de proteínas;</p> <p>Correção automática da concentração de dsDNA para contaminação com fenol;</p> <p>Varredura de espectro completo;</p> <p>Métodos pré-configurados para ensaios de Lowry, Bradford, BCA, Pierce/660nm;</p> <p>Possibilidade de criar e salvar métodos configurados pelo usuário;</p> <p>Possibilidade de uso isolado sem necessidade de computador;</p>	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

	Interfaces de conexão Ethernet, WiFi e Bluetooth e porta USB para exportação de dados; Software de análise de dados incluído; Tamanho máximo: 30 cm de largura por 30 cm de comprimento; Peso máximo: 5 kg; Fonte de alimentação: bivolt;		
COMPLEMENTAÇÃO DO DESCRITIVO TÉCNICO			
<b>GARANTIA:</b>	Fornecedor deverá oferecer no mínimo 1 (um) ano de garantia a partir da data de entrega do equipamento		
<b>REGISTRO/CERTIFICAÇÕES:</b>	O equipamento deve ter registro na ANVISA e conformidade com normas de segurança.		
<b>ASSISTÊNCIA TÉCNICA:</b>	O fornecedor deverá possuir assistência técnica no Brasil.		
<b>MANUAL DE SERVIÇO/OPERAÇÃO:</b>	O fornecedor deverá fornecer manual de operação.		
<b>PRAZO DE ENTREGA:</b>	O fornecedor deverá realizar treinamento para o usuário de no mínimo 2 (duas) horas, de acordo com a disponibilidade do setor.		

Nos preços cotados, deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quais quer outros que incidam direta e indiretamente no fornecimento do objeto.

## 2. REQUISITOS LEGAIS:

2.1. O fornecedor deverá atender a todos os requisitos e normas legais, seja em âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

## 3. CONDIÇÕES

3.1. O pagamento dos valores dos insumos serão efetuados em até **15 (quinze) dias úteis**, condicionado à apresentação e aprovação da respectiva fatura/Nota Fiscal, juntamente a Certidão Negativa dos Tributos Federais e da Dívida Ativa e Certificado de Regularização de Situação para com o FGTS (CRS) para a Contratante. O pagamento será realizado diretamente ao fornecedor, **que deverá informar na Nota Fiscal, o banco, a agência, o número da conta corrente para crédito dos valores faturados, o número do Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67.**

3.2. O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

## 4 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

4.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses especificadas nos artigos 77 e 78, da Lei nº. 8.666/93.

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

4.2. Fica estabelecido o reconhecimento dos direitos da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.

4.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE poderá aplicar à contratada as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, bem como multa correspondente a 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

### **5 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1. A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE, reserva-se no direito de revogar, anular ou transferir o presente processo de compra em caso de interesse público.

5.2. A empresa se responsabiliza por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar à ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.

5.3. A CONTRATADA obriga-se a demonstrar, a qualquer tempo, o cumprimento das Leis e Regulamentos específicos, aplicáveis à comercialização do objeto desta Pesquisa de Preços.

5.4. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações decorrentes desta Pesquisa de Preços a terceiros.

Curitiba, 14 de janeiro de 2022.



**NÍVIA HANTHORNE NITA**  
Setor de Licitações

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**À ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**  
**REF: PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, telefone de contato nº (00) \_\_\_\_\_, e-mail para contato \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, (estado civil), profissão, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, vem apresentar PROPOSTA para participação na PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022, cujo objeto é a ESPETROFOTÔMETRO, conforme especificações contidas no Anexo I.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

Razão Social:

CNPJ e Inscrição Estadual:

Representante e Cargo:

Carteira de Identidade e CPF:

Endereço e Telefone:

E-mail de Contato:

Conta Corrente nº \_\_\_\_\_ Agência nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

Item	Qtde.	Unid	Especificação	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
I	XX	XXX		R\$	R\$

**Valor Total do Item: R\$ xxx () – soma de todos os itens.**

**PREÇO: ()** - (Deverá ser cotado, preço unitário e total de cada item, de acordo com o ANEXO I. Não serão aceitas propostas comerciais cotadas em moeda estrangeira.)

1. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os serviços de entrega, incidentes sobre o fornecimento, frete, instalação, benefícios e todos os custos, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.
2. Declaro, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso nossa proposta não seja aceita pela Associação, seja qual for o motivo.
3. **O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias.**
4. Declaro ciência de que a contratação dar-se-á mediante a emissão de Ordem de Compra.
5. Prazo de entrega: xxx (xxx) dias, após emissão da ordem de compra.

**6. CONDIÇÕES GERAIS**

A Contratante declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Local, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Representante Legal (Carimbo da Empresa)

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO QUE SERÁ SOLICITADO APÓS HABILITAÇÃO TÉCNICA AO FORNECEDOR QUE LOGRAR VENCEDOR**

1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado.
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
3. Certidão Negativa de Débitos Federais e da Dívida Ativa da União.
4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
5. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
6. Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS.
7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei Federal nº 12.440/2011;
8. Certidão Negativa de Falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias
9. Declaração de cumprimento do art.7º, XXXIII da CF (ANEXO V).;
10. Declaração de cumprimento dos critérios de qualidade Ambiental e sustentabilidade socioambiental - (ANEXO VI);
11. Declaração de ausência de relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro – Hospital Pequeno Príncipe, nos cargos de direção, gerência, chefia – (ANEXO VIII);
12. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (quando aplicável – ANEXO IV).

**Todas as certidões devem estar dentro da validade expressa no documento, caso não conste essa data, o documento terá validade de no máximo 60 (sessenta) dias corridos da sua emissão.**



SELIC – HPP

Folhas: \_\_\_\_\_  
Responsável: NHN  
Visto:

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À  
**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**  
**REF: PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**

EMPRESA \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que esta empresa na presente data, cumpre os requisitos legais para a qualificação como:

- ( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;  
( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)



**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**À**  
**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**  
**REF: PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**

(nome da empresa), CNPJ/MF, sediada, (endereço completo) declaro que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº. 9854, de 22.10.99, que altera a Lei nº. 8666/93.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.**
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.**





SELIC – HPP

Folhas: \_\_\_\_\_  
Responsável: NHN  
Visto:

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL**

**À**  
**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**  
**REF: PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**

Para fins de participação na Pesquisa de Preços (indicar o nº. registrado no Edital), o(a) (nome completo do concorrente), CNPJ, sediada(o) (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, notadamente o Decreto Estadual nº. 6.252, de 22 de março de 2006, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)





SELIC – HPP

Folhas: \_\_\_\_\_  
Responsável: NHN  
Visto:

**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO**

**Referente: PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins da **PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE**, nos cargos de direção, gerência, chefia .

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)



**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS Nº 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO VIII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI**



**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL DESTA PÁGINA DO DOCUMENTO ARQUIVADO NESTE CARTÓRIO. QUANTIDADE: 01/0001  
7.ª TABELADA DE FUNDIEN DE BELÉM DE AUTENTICIDADE

CURITIBA 27 A GO 2013

Ereny Fátima F. de L. DONATE  
 Magda F. Rodrigues DE  
 Roger Z. da Cruz SINDTAS  
 Luis Valcir Schreiner JUNIO 3499

## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, a requerimento da parte interessada, que nesta Secretaria da Sétima Vara Federal, Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, revendo os autos de **AÇÃO ORDINÁRIA nº 2001.70.00.009675-7**, autuados em 05.04.2001 em que figura como autor **Associação Hospitalar de Proteção a Infância Doutor Raul Carneiro — Hospital Pequeno Príncipe** e como ré a **União Federal** tendo por objeto o pedido de antecipação da tutela e posterior confirmação em sentença no sentido de que seja declarada a inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao pagamento do Imposto sobre Importação — II e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, incidentes sobre as aquisições de bens por ela efetuadas no mercado interno ou externo, destinados à composição de seu ativo fixo ou imobilizado. Certifico, que foi proferida r. sentença julgando procedente o pedido, oportunidade em que a antecipação da tutela foi analisada e deferida. Inconformada, a União apelou sendo que a Segunda Turma do TRF da 4ª Região, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial. Certifico ainda que o v. acórdão transitou em julgado em 02.04.2002. Certifico, finalmente, que os autos encontram-se em Secretaria aguardando conclusão para despacho. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÊ.** Dada e passada nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dois. Eu, Anderson Alves de Lana, Supervisor de Processamento, a digitei, e eu, Leandro José da Silva, Diretor de Secretaria, a conferi e subscrevi.





**PROCESSO DE PESQUISA DE PREÇOS N° 011/2022**  
**Termo de Compromisso PRONON 2018 - LLA - 25000.043593/2018-67**

**ANEXO IX – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO**  
**CENTRAL DE CURITIBA**

**1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA - PROJUDI**  
**Rua Padre Anchieta, 1287 - 2ª andar - Champagnat - Curitiba/PR - CEP: 80.730-000 -**  
**Fone: (41) 3561-7956**

Processo: 0001215-47.2001.8.16.0004  
Classe Processual: Execução Contra a Fazenda Pública  
Assunto Principal: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução  
Valor da Causa: R\$5.000,00  
Exequentes(s): ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO  
Executado(s): ESTADO DO PARANÁ  
FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

**CERTIDÃO EXPLICATIVA**

CERTIFICO, para os devidos fins que tramitam nesta secretaria, no sistema de processo eletrônico (PROJUDI) o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO com PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (atualmente em fase de Execução contra a Fazenda) sob nº 0001215-47.2001.8.16.0004 (nº de distribuição 635 de 06/04/2001) e número físico antigo 308/2001, ajuizada por ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO em face de ESTADO DO PARANÁ, cujo valor dado à causa em petição inicial foi de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

**CERTIFICO AINDA que:**

I – Conforme pedido constante da inicial (fls. 20 dos autos físicos – mov. 1.4 dos autos virtuais) buscou a parte autora com a presente medida a declaração judicial de inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuadas pela Autora, seja no mercado interno ou externo, destinados a composição de seu ativo fixo (patrimônio).

II – Em sede de antecipação de tutela o pedido não foi deferido, no entanto foi proferida sentença de procedência, cuja a parte dispositiva segue transcrita (04/04/2002 fls. 166/171 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais):

“...Isto posto, julgo procedente o pedido, declarando a inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuados pela autora, no mercado interno e externo, dedicados à composição de seu ativo fixo (patrimônio). Condeno o Estado requerido ao pagamento de das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios os quais arbitro em R\$800,00...”

VI – Em sede de Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0130324-6 (10/12/2002 fls. 358/367 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais), houve modificação parcial da sentença, apenas no tocante ao valor dos honorários advocatícios, conforme ementa a seguir:

“ICMS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL. ENTIDADE DE Na forma do art. 150, inc. VI, alínea c, da CF/88, está imune ao ICMS a entidade de assistência social. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONDENATÓRIA. SENTENÇA NÃO CONDENATÓRIA. Não se tratando de sentença condenatória, a fixação dos honorários advocatícios deve obedecer ao § 4º do art. 20 do PC. Neste caso, é imperioso seja observada a natureza da demanda, considerando-se sobretudo o aspecto e tratar-se de matéria complexa ou, de outro lado, de tema que tenha sido objeto de copioso volume e julgados, bem como o fato de a demanda não ter necessitado de produção de provas periciais ou da realização da audiência de instrução, o que determinará a fixação da verba advocatícia em patamar em excessivo, nem diminuto, muito menos aviltante. De conseguinte, é provido o apelo da Autora para o fim de ser estatuída na quantia de (fls. 367 dos autos físicos, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) os honorários advocatícios.” mov. 1.7 dos autos virtuais.”

VII – Ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Paraná, foi negado seguimento 130.324-6/01 (1º/12/2003 fls. 404 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Contra esse decisão foi interposto Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal (certidões de fls. 408/411 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Não consta dos autos virtuais a decisão do Agravo de Instrumento, no entanto em consulta ao site do STF identifiquei o recurso autuado sob o nº AI 504650, ao qual foi negado seguimento, cuja certidão transitou em julgado em 2004, conforme tela de consulta anexa;

VIII – O feito atualmente está em fase final de cumprimento de sentença (Execução contra a Fazenda Pública), tendo sido pagos os valores devidos pelo Estado do Paraná e inclusive levantados os valores pela parte exequente (mov. 1.92/1.93). Quanto aos valores devidos aos Procuradores do Estado do Paraná a título de honorários (decorrentes da sentença dos embargos à execução – mov. 1.24), estes também já foram levantados, conforme petição e documentos de mov. Seq. 31.

IX – Em complemento à certidão de mov. Seq. 37.1, informo que nesta data o ESTADO DO PARANÁ foi intimado para manifestar-se ante o cálculo de custas remanescentes.

ERA SOMENTE O QUE ME FOI PEDIDO PARA CERTIFICAR. DOU FÉ.

Curitiba, 27 de novembro de 2015.

Léa Cristina de Carvalho Sutil

Técnica Judiciária

*INFORMAÇÃO: A presente certidão explicativa está assinada digitalmente. Para constar a chancela do Poder Judiciário nesta certidão, deve a parte interessada imprimi-la através dos seguintes passos: botão "navegar", opção "exportar processo", botão "desmarcar todos", selecionar o arquivo interessado e, por fim, clicar no botão "exportar".*

*Para exportar o processo, deverá a parte interessada acessar o Sistema Projudi nos horários a seguir informados: Entre 06:00 às 11:00 e 20:00 às 23:00.*

